



Anais da Assembléia

Nº 95

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 30 DE OUTUBRO DE 1989

ANO XV

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 79.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 1989.
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Werner Wanderer.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Netto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Cândido Bastos, David Cheriegate, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (45). Achando-se ausentes os Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Antônio Annibelli, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Irondi Pugliesi e Neivo Beraldin (08). Achando-se em licença o Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara. (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

Of. 250/89

Curitiba, 24 de outubro de 1989.

Senhor Presidente.

Venho através deste comunicar à Vossa Excelência o meu afastamento da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, que investiga irregularidades na implantação do convênio SUDS no Paraná.

Oportunamente encaminharei as motivações que ocasionaram a minha decisão.

Sendo o que me apresenta para o momento manifesto os meus votos de estima e consideração.

Atenciosamente

Sala das Sessões, em 26.10.89

(a) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2274

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao projeto de Lei n. 210/89.

Sala das Sessões, em 30.10.89.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO Nº 2267

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n. 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3.^a discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 30.10.89

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO Nº 2271

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a desanexação do Projeto de Lei n. 185/89 do Projeto de Lei n. 202/89.

Sala das Sessões, em 30.10.89.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 2266

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora ARACY ROCHA VIRMOND, ocorrido nesta Capital.

A extinta era membro de tradicional família, e seu passamento vem deixar uma lacuna difícil de ser preenchida, face seus dotes morais com que sempre norteou sua vida, tanto no seio de seus entes queridos, como na nossa sociedade.

Requer, ainda, que da decisão desta Casa se dê ciência à família enlutada, na pessoa de seu esposo, Dr. Eduardo Rocha Virmond, à Rua: Lamenha Lins n. 940, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 30.10.89.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 2268

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, em nome da Bancada do PRN, voto de louvor, à TV, Paranaense Canal 12, pela passagem dos 29 anos de sua fundação; e que deste requerimento seja dada ciência ao seu Diretor - Presidente, Dr. Francisco da Cunha Pereira.

Sala das Sessões, em 30.10.89.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Unido todo o Paraná, liderando a Rede Paranaense de Televisão, formada por mais três emissoras, que cobrem todos os municípios do Estado atingindo também áreas de estados e países vizinhos, esta é a imagem da TV Paranaense Canal 12, pioneira no Estado do Paraná, que no dia 29 de outubro, próximo passado, comemorou 29 anos de sua fundação. Sempre acumulando prêmios, por sua competência, está sempre um passo, à frente, por acompanhar rigorosamente inovações tecnológicas, mantendo seu pioneirismo na introdução de modernos conceitos de jornalismo e comunicação; este é o Canal 12.

O sentido social, a valorização das pessoas e empresas, fazem parte dos seus objetivos: "Bichos do Paraná", "O Semeador", imagens de pessoas e empresas, que hoje são sucessos reconhecidos. Qualidade de programação e informação, confiança, credibilidade, respeito nas suas campanhas, fazem parte do dia-a-dia desta emissora, que há 29 anos trabalha pelo engrandecimento do seu Estado.

REQUERIMENTO N° 2272

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelência Senhor Presidente da COPASA solicitando a doação de veículo tipo caminhão à Diesel - GM-Chevrolet 11.000 - cor azul - chassi 9 B 6 6 8 3 N X H G C O O 4 7 9 5, placa BO -4852 pertencente à Companhia Paranaense de Silos e

Armazéns, situada à Rua Monsenhor Celso, 154, 7° andar - Centro - Curitiba - à Associação de Moradores e Produtores do Distrito Guaçuva à Av. Ipiranga s/n. - Araucária - PR. já há 3 anos em uso pela Associação.

Sala das Sessões, em 30.10.89.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O aludido veículo já vem sendo utilizado a cerca de 03 (três) anos pela Associação de Moradores e Produtores de Guaçuva, para o atingimento de seus fins e objetivos, para isto encarregando-se de sua manutenção e conservação.

Considerando-se que o caminhão de propriedade da COPASA, tem sido de grande utilidade e valia para a referida associação, cujos fins são precipuamente filantrópicos, é de se proceder a sua doação.

REQUERIMENTO N° 2273

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Procurador Geral da Justiça, sugerindo-lhe a seguinte modificação na Lei n° 5.849/68:

"Art. 1° - Os parágrafos 2° e 3°, do artigo 65, da Lei n° 5.849, de 25 de setembro de 1968, com suas posteriores alterações, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 65 - ...

§ 2° - A diferença dos vencimentos dos Membros do Ministério Público de primeira instância, de uma para outra entrância, é de 5% (cinco por cento).

§ 3° - Os Promotores de Justiça de Entrância Final perceberão 95% (noventa e cinco por cento) dos vencimentos atribuídos aos Procuradores de Justiça."

Essa adaptação, ou similar, torna-se necessária, tendo em vista o disposto no artigo 118, I, "f", da nova Constituição do Estado, e deve ser encaminhada a esta Casa pelo destinatário, respeitando-se a autonomia dada ao Ministério Público pela mesma Carta, conforme Emenda Constitucional de nossa autoria, aprovada pelo Plenário.

Sala das Sessões, em 30.10.89

(a) LINDOLFO JÚNIOR

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 298/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica instituída, na estrutura organizacional básica do Poder Executivo, aprovada pela Lei n° 8.485, de 03 de junho de 1987, a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Eco-

nômico - SEDE.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico terá por objetivo:

I - a definição de diretrizes e a implementação da política estadual referentes às áreas do ensino superior, da ciência, da tecnologia e do desenvolvimento econômico;

II - a coordenação das atividades a cargo das instituições estaduais de ensino superior, com vistas a definir as necessidades e adequar a oferta de cursos de nível superior;

III - a coordenação dos programas de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico a cargo dos órgãos e entidades do Poder Executivo;

IV - a promoção econômica e a geração de oportunidades, visando a atração, localização, manutenção e desenvolvimento de iniciativas industriais e comerciais de sentido econômico para o Estado;

V - o fomento da atividade de mineração no território do Estado e o desenvolvimento de pesquisas sobre a economia mineral;

VI - o apoio e a prestação de serviços nos campos científicos e tecnológicos aos diversos setores econômicos do Estado;

VII - o aperfeiçoamento das relações do Governo do Estado com as entidades representativas do ensino superior, da ciência, da tecnologia, da indústria e do comércio.

Art. 3º - Fica extinta da estrutura organizacional básica do Poder Executivo e Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio - SEIC, de que tratam a Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987 e o Decreto nº 1.359, de 15 de setembro de 1987, que aprovou o respectivo Regulamento.

Art. 4º - Ficam a disposição da Secretaria de Estado da Administração - SEAD, para fins de realocação, o pessoal, sem prejuízo de sua situação funcional e o patrimônio da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio.

Art. 5º - Ficam transferidos os cargos de provimento em comissão da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, e os cargos e funções gratificadas da Casa Civil à disposição do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico para a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, conforme abaixo especificados:

I - Cargos em comissão da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio:

a) 01 (um) cargo de Secretário de Estado;

b) 01 (um) cargo de Diretor - DAS 1;

c) 01 (um) cargo de Chefe de Escritório DAS 3;

d) 01 (um) cargo de chefe de Gabinete

DAS 5;

e) 02 (dois) cargos de assessor DAS 5;
f) 03 (três) cargos de chefe de Coordenadoria DAS 5;

g) 03 (três) cargos de assessor 1C;

h) 03 (três) cargos de Técnico de Planejamento 1C;

i) 03 (três) cargos de Oficial de Gabinete 6C;

II - Cargos em comissão e função gratificada à disposição do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico:

a) 03 (três) cargos de assessor especial DAS 2;

b) 02 (dois) cargos de assessor especial DAS 4;

c) 06 (seis) cargos de assessor especial DAS 5;

d) 05 (cinco) cargos 3C;

e) 01 (um) cargo 5C;

f) 01 (um) cargo 6C;

g) 01 (um) cargo 8C;

h) 01 (um) cargo 10C;

i) 01 (um) cargo 14C;

j) 01 (um) função gratificada 1F;

k) 02 (dois) função gratificada 2F;

l) 03 (três) função gratificada 3F;

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a transferir os saldos orçamentários e créditos adicionais, dentro de seus respectivos limites, aos órgãos que tiverem incorporados ao seu campo de atuação as atividades relativas à Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico.

Art. 7º - Os contratos, acordos, convênios e termos de ajuste que se encontram em execução pelo órgão extinto terão sua continuidade sob a responsabilidade do órgão ou entidade a quem foi atribuída a competência dos serviços.

Art. 8º - As atribuições concernentes à promoção das medidas normativas e executivas de defesa a preservação dos recursos naturais não renováveis, especialmente os minérios, ao registro, controle e fiscalização de atividades comerciais, e à pesquisa e experimentação tecnológica, a que se refere o artigo 31, da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, passam ao âmbito da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico.

Art. 9º - As atribuições referentes à metrologia, a que se refere o artigo 31, da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, passam ao âmbito de atuação da Secretaria da Fazenda.

Art. 10º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.10.89

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

JUSTIFICATIVA:

Três funções de Governo estão concentradas nas ações da Secretaria Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, ou seja:

I - EDUCAÇÃO E CULTURA - através das ações do Ensino Superior, relacionadas e enumeradas de I a V no art. 2º do Decreto nº 635/89;

II - CIÊNCIA E TECNOLOGIA - pelas ações descritas no mesmo artigo, mencionado no primeiro item;

III - INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS - através das ações VI e XII do art. 2º, do Decreto nº 4704, publicado em Diário Oficial nº 2946, de 27 de janeiro de 1989.

Assim sendo, a Secretaria da Ciência Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, tem como missão coordenar, articular, estimular e fomentar o

processo de desenvolvimento científico, tecnológico e econômico do Estado, tendo como diretrizes básicas:

- a inserção do Ensino Superior no contexto sócio-econômico;
- a inovação tecnológica; e
- a modernização e expansão industrial.

Poucas ou nenhuma Secretaria de Estado possui em sua estrutura organizacional descentralizada um número tão expressivo de órgãos de administração indireta e fundacionais sob sua vinculação, totalizando 17 unidades:

- 4 Fundações Universidades
- 11 Fundações Faculdades
- TECPAR
- MINEROPAR
- Além de mais duas Universidades recém-definidas pela Constituição Estadual

QUADRO SÍNTESE

**Estratégia e Programas da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Paraná
1989/1990**

MISSÃO	DIRETRIZES	OBJETIVOS	PROGRAMAS
Coordenar, articular, estimular e fomentar o processo de desenvolvimento científico, tecnológico e econômico no Estado do Paraná.	Inserção do Ensino Superior no contexto sócio-econômico	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar e planejar o Sistema de Ensino Superior. • Promover a qualificação do ensino superior. • Redimensionar a extensão universitária. • Promover maior interação do ensino superior com outras entidades e órgãos afins. • Estimular a pesquisa científica, tecnológica e a produção intelectual. • Estimular a qualificação de recursos humanos especializados em áreas tecnológicas estratégicas. • Criar mecanismos para facilitar a transferência de tecnologias das instituições de pesquisa para a sociedade e setor produtivo. • Promover e estimular o debate sobre a importância do desenvolvimento científico e tecnológico para a economia paranaense. 	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Aprimoramento do Ensino Superior • Programa de Capacitação Docente. • Programa de Fomento à Integração das IES na Sociedade • Programa de Fomento em Ciência e Tecnologia • Programa de Informações em Ciência e Tecnologia • Programa Paranaense de Biotecnologia • Programa Paranaense de Química Fina • Programa Paranaense de Novos Materiais Industriais • Programa Paranaense de Mecatrônica • Programa de Qualificação de Recursos Humanos nas Áreas Estratégicas • Programa de Articulação Tecnológica / Balcão de Tecnologia • Programa de Apoio, Criação e Atração de Empresas de Base Tecnológica e/ou Tecnologia de Ponta - PROTEC • Programa de Apoio Empresarial • Programa de Apoio a Novos Investimentos • Programa de Articulação e Cooperação Técnica Nacional e Internacional • Programa de atendimento a Prefeituras e Entidades de Classe
	Inovação Tecnológica	<ul style="list-style-type: none"> • Estimular o setor industrial na implantação de programas específicos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. • Implantar e manter um sistema de informações em ciência, tecnologia, indústria e comércio. • Divulgar e promover a absorção de novas tecnologias de gestão, de processo e de produto pelas empresas paranaenses. 	
	Modernização e Expansão Industrial	<ul style="list-style-type: none"> • Estimular a criação e promover a atração de empresas de base tecnológica avançada. • Estimular o processo de internacionalização de empresas paranaenses. • Estimular a criação de indústrias de base local e promover a consolidação e expansão das empresas existentes. • Divulgar as potencialidades e oportunidades de investimentos visando a atração de empresas de interesse econômico para o Estado. • Fomentar a atividade de mineração no território paranaense. • Estimular maior participação dos produtos paranaenses nos mercados interno e externo, adequando-os às suas exigências. • Intensificar e aperfeiçoar as relações do Governo do Estado com as entidades representativas da indústria e comércio, da ciência e tecnologia e do ensino superior. 	

que englobam fundações estaduais, municipais e particulares.

Para que se consiga atingir com eficácia os fins a que se destinam as ações da SEET, é necessário que suas unidades meios desenvolvam suas atividades com eficiência, suprimindo com rapidez todas as demandas oriundas destas ações.

A criação da SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO propiciará a estruturação interna necessária A NÍVEL INSTRUMENTAL, com a instalação dos grupos setoriais de Planejamento, Administração, Finanças e Recursos Humanos; A NÍVEL PROGRAMÁTICO, a consolidação das Diretrizes do Ensino Superior da Ciência e Tecnologia e de Desenvolvimento Econômico; e, A NÍVEL DESCENTRALIZADO a estrutura hoje existente.

Por outro lado, conforme se depreende do anteprojeto de criação desta Secretaria, não trará novos ônus aos cofres públicos, vez que, o orçamento hoje existente na Secretaria Especial da Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, que compõe o Programa de Trabalho no Orçamento da Casa Civil, passará a pertencer à nova Secretaria, ou ainda, será mudado apenas a denominação e a vinculação orçamentária.

Da mesma forma, não necessitará da criação de novos cargos, pois a proposição é a de utilizar os cargos hoje existentes na Casa Civil já colocados à disposição desta Secretaria, e os cargos pertencentes à Secretaria da Indústria e do Comércio, ora em extinção.

Em recente e inédita decisão, a nível nacional, o Governador do Estado transformou o COIND - Conselho Estadual de Política Industrial e Comercial, em órgão deliberativo, com a missão de planejar a política da Indústria e do Comércio do Paraná para a década de 90 e para o século que se aproxima, uma vez que as constantes mudanças na economia e o brutal avanço no conhecimento tecnológico exigem um planejamento a longo prazo.

Esta Secretaria com importante missão, e com um número bastante elevado de órgãos vinculados e servidores, não poderá continuar como um Órgão Especial, uma vez que, suas ações são de caráter transitório, além do significativo volume de recursos e programas que têm a seu encargo, e cuja dependência com a estrutura da Casa Civil, impede a agilização dos procedimentos e em geral duplicam as atividades meios.

Por último é necessário que uma Secretaria desta envergadura faça parte do organograma permanente do Governo.

PROJETO DE LEI N° 299/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, como modalidade da loteria estadual, concurso de sorteio de prêmios através de cartelas, denominado "LOTOBOL".

Parágrafo Único - O Poder Executivo, através do Serviço da Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR, firmará convênio com a Federação Paranaense de Futebol, para a execução do disposto nesta Lei.

Art. 2° - As cartelas, previamente individuadas por série e número, poderão ser vendidas por clubes ou ligas filiados à Federação Paranaense de Futebol ou por agentes credenciados pelo Serviço da Loteria do Estado do Paraná.

Art. 3° - Aos revendedores será pago um percentual, a título de comissão, equivalente a renda bruta, proporcional à arrecadação de cada cidade, sede de clube ou sede de liga filiada, sem exclusividade.

Art. 4° - Os prêmios a serem distribuídos, constituídos de bens imóveis, móveis ou semoventes, serão depositados previamente junto ao Serviço da Loteria do Estado do Paraná, juntamente com os comprovantes de propriedade e de liberação.

Parágrafo Único - Na eventualidade de não serem distribuídos prêmios em um concurso, estes ficarão acumulados para o sorteio seguinte.

Art. 5° - Do resultado bruto mensal dos sorteios, serão destinados, após apuração balanço, 20% (vinte por cento) ao programa do Voluntariado Paranaense - PROVOPAR.

Art. 6° - Do resultado líquido, deduzidas as despesas de operação, manutenção e de aquisição de prêmios, será procedida distribuição proporcional aos clubes e ligas filiados.

Parágrafo Único - As despesas decorrentes da execução do disposto nesta lei correrão exclusivamente por conta da Federação Paranaense de Futebol.

Art. 7° - O Serviço da Loteria do Estado do Paraná ficará encarregado da fiscalização das disposições da presente lei.

Art. 8° - Esta Lei será regulamentada no prazo de 90 (noventa) dias de sua sanção.

Art. 9° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.10.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

JUSTIFICATIVA:

Pela presente proposição, intenta-se regulamentar no Estado do Paraná uma iniciativa benéfica sob diversos ângulos, que vem tendo extrema aceitação junto à população, haja vista o sucesso alcançado nas promoções recentemente levadas a efeito.

Inicialmente, deve-se levar em consideração a opção popular sobre o futebol, como fonte de lazer tão ao gosto do brasileiro, para em seguida constatar-se a situação pela qual atravessa este esporte na atualidade.

Com a criação da loteria esportiva, objetivava-se dotar os clubes de uma renda extra, que lhes permitisse fazer face aos crescentes custos de manutenção gerados por instalações, material esportivo necessário e até mesmo pelos próprios atletas.

Entretanto, com o passar do tempo, verificou-se a insuficiência de tais recursos que, além de tudo, foram sendo restringidos pelo governo federal, ao ponto de hoje simplesmente não terem utilidade prática nenhuma.

Outro aspecto, tão importante ou mais que o anterior e que não pode ser olvidado, diz respeito à constante necessidade de recursos para o atendimento à área de assistência social, na qual o PROVOPAR tem cumprido de forma excelente a sua missão, trazendo, de modo complementar à atuação do Estado, o conforto imediato à parcela mais carente da população do Paraná.

Na execução da presente proposição, há o destino de uma dotação razoável ao PROVOPAR, em forma que não se traduz em mais um tipo de tributação, ao contrário, constitui-se numa alternativa de arrecadação que a prática vem demonstrando ser feita com a maior alegria pela população.

Ressalte-se que já tramita no Senado Federal o Projeto de Lei n. 241/89, de autoria do Senador Gerson Camata, que visa permitir às instituições filantrópicas, esportivas e estudantis, promover a distribuição de prêmios mediante sorteios e, conforme a justificativa, contar com o concurso da comunidade a fim de amainarem seus problemas financeiros, sem a ocorrência de excessivos entraves burocráticos.

Assim, adiantando-se mais uma vez ao restante dos Estados da Federação, o Paraná estar-se-á autodotando de mecanismos modernos e, principalmente, simpático à sua população, que lhe permite resolver os problemas existentes de modo exemplar.

Estes os motivos que nos levam a apresentar o projeto à aprovação dos nobres Pares desta Casa, certo da compreensão e apoio a mais esta causa paranista.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está finda a leitura do expediente. Não há oradores inscritos nem no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta à Liderança do PT.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PL.

(Declina)

Havendo declinado, consulto à Liderança do PFL.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDT.

(Declina)

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTB.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PRN.

(Declina)

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTN.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PRP.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDT.

(Declina)

Havendo declinado, consulto à Liderança do PSDB

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PMDB.

(Declina).

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 45 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, Projetos de Lei de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. A Diretoria Legislativa.

Ofício n.º 250/89, subscrito pelo Senhor Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, constante do expediente, comunicando o seu afastamento da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, que investiga irregularidades na implantação do convênio SUDS no Paraná. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

EM VOTAÇÃO

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 109/89 de autoria do Deputado João Arruda, que denomina de DEPUTADO ARNALDO BUSATO, a rodovia PR- 281, de Mangueirinha até o entroncamento com a estrada federal BR- 163, no Município de Planalto. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 208/89, autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão mensal a Oracina Pereira, conforme específica. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., na forma da Emenda Substitutiva, por unanimidade. Aprovado..

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 226/89, de autoria do Tribunal de Justiça, que majora os vencimentos dos servidores e serventuários do quadro de pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.R.H. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 281/89, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do Poder Judiciário, vigentes em outubro de 1989, serão reajustados, a partir de 01 de novembro de 1989, a título de antecipação salarial, no percentual de 85%. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL da ASSEMBLÉIA por unanimidade. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 60/89, de autoria da Comissão Executiva, que reajusta os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do Poder Legislativo e dá outras providências. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 129/89, de autoria do Tribunal de Justiça, que altera a Redação dos dispositivos que específica, da Lei n° 7.297, de 08 de janeiro de 1980, e adota outras providências. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em votação.

As emendas apresentadas a Mesa considera inexistentes por ser de competência do Poder Executivo. Em votação o Projeto. Aprovado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Pela Ordem, Senhor Presidente. Qual o projeto que estamos votando?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Projeto de Lei 129/89.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - As emendas foram retiradas então?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Foram consideradas inexistentes.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 280/89, de autoria do Tribunal de Contas, que dispõe sobre o reajuste dos funcionários do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a título de antecipação salarial, a partir de 1° de novembro de 1989. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia, por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 65/88, de autoria do Deputado Antônio Bárbara, que dispõe sobre a obrigatoriedade na adoção do vale-transporte, na forma da Lei n° 7.418, de 16 de dezembro de 1985, para os Servidores Públicos Estaduais, na forma que específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 158/88, de autoria do Deputado Valderi Mendes Vilela, que dispõe sobre a incidência do Imposto sobre Transmissão de bens imóveis- ITBI, inter-vivos e causa-mortis, será levado sempre em consideração o valor venal do imóvel avaliado pelo Município ou onde o imóvel estiver localizado, ficando proibido a avaliação do Estado, na forma que específica. Com PARECERES CONTRÁRIOS da C.C.J., e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 185/88, de autoria do Deputado José Rogério Carvalho, que declara de Utilidade Pública, à ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA DO ENSINO ALTERNATIVO - AMENA, com sede nesta Capital. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.D.C., por unanimidade. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 239/88, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 96/88), que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Primeiro de Maio, o imóvel urbano medindo 152.571,09 m., no lugar denominado Parque Turístico Primeiro de Maio, matriculado sob n° 1266, protocolo n° 6182, do livro 02 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Primeiro de Maio. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.T.I.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 295/88, de autoria do Deputado Gernote Kirinus, que declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE ESPÍRITA AMOR E CARIDADE, com sede e foro na Cidade de Cascavel. Com PA-

RECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 61/89, de autoria de Poder Executivo (Mensagem n° 38/89), que autoriza o Poder Executivo a alienar aos respectivos ocupantes os imóveis constituídos pelos lotes n° s 45-E, da Secção Água Grande, e 41-B, da Secção Sertãozinho, da Gleba Rio Mourão, Município de Engenheiro Beltrão. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.T.I.C., e C.A., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 196/89, de autoria do Deputado Gernote Kirinus, que declara de Utilidade Pública a APAE- ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTA HELENA, com sede e foro na Cidade de Santa Helena. Com PARECER FAVORÁVEL, da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 222/89, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica à UNIAO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 232/89, de autoria do Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DO COLÉGIO FRANCISCO CARNEIRO MARTINS- Ensino de 2° Grau, com sede e foro no Município de Guaparuva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 234/89, de autoria do Deputado Lauro Lobo Alcantara, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Servidores da Secretaria de Estado da Fazenda- ASSEFACRE. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 255/89, de autoria do Deputado Cândido Bastos, que altera a redação da Lei n° 8.624, de 08.12.87, que cria o Município de Nova Tebas, passando a vigorar conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento de n° 2.267, de autoria do Senhor Deputado Wer-

ner Wanderer, constante do expediente. Aprovado.

Requerimento de n° 2.271, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2.272, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2.232, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2.268, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2.266, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2.273, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)- Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de n° 2274, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2227, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2230, de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2239, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2241, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2242, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2243, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2245, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2246, de autoria da

Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2247, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2248, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2249, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2250, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2251, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2252, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2253, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2254, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2255, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2256, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2257, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, com apoio dos Srs. Deputados Anibal Khury, Vera Agibert, Hermas Brandão e demais Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2258, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2259, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2260, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de n° 2264, de autoria do Sr. Deputado José Felinto, constante do

expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 31, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

- 4.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 58/89
- 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 280/89
- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 65, 158, 185, 239 e 295/88, 61, 222, 232, 234 e 255/89.
- 1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 185/89.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTÔNIO ANNIBELLI EM SESSÃO DO DIA 30 DE OUTUBRO DE 1989.

"PELA VALORIZAÇÃO DA VIDA"

Está surgindo na sociedade brasileira um movimento pela valorização da vida, diante da escalada da violência contra a pessoa, geradora de um sentimento geral de insegurança. Lembrando que a sociedade dos seres humanos se organizou primeiramente para proteger a vida, a liberdade e os bens das pessoas e suas famílias, a cada dia mais expoentes da vida nacional passam a reclamar medidas efetivas de proteção social. Juízes de Direito, reunidos em congresso de estudos no Paraná, concluem seu encontro com um manifesto em que pedem mais efetividade à ordem pública. O ministro da Justiça e o procurador-geral da Justiça do Paraná vêm à sociedade anunciar sua adesão e esse esforço.

Ambas as autoridades do Poder Executivo e do Ministério Público querem urgência na adoção de novas leis para a punição de crimes hediondos, que tornem mais imediata a sanção social e que alcancem mais efetivamente os delinquentes.

Esse movimento é reforçado por uma evidência estatística de que as forças de lei e da ordem estão revertendo os resultados de luta contra o crime organizado, notadamente os sucessivos seqüestros de pessoas para a prática da extorção. No Paraná mesmo, diversos casos foram resolvidos com o resgate das vítimas e a captura dos criminosos.

Mas, lamentavelmente, crimes de homicídio continuam se sucedendo em nossa re-

gião: atingem jovens que voltam do estudo no começo da noite e que perecem à sanha assassina de grupos de desordeiros de rua; vitimam anciãos que repousam no recesso de seus lares; afetam profissionais como um motorista de taxi, classe dolorosamente exposta aos atos criminosos de latrocidas; envolvem trabalhadores e pessoas comuns.

A sociedade está dando mostras de que não aceita mais a banalização da vida a que foi levada por diversas circunstâncias. Uma delas, o envelhecimento da legislação penal, estabelecida na década de 1940, para um país então rural. O Brasil hoje, em que mais de 70%, habita cidades médias e grandes, onde as relações individuais têm uma dinâmica mais conflitiva. A lei penal foi atualizada apenas em sua parte geral, mas os crimes em si não tiveram tipificação modernizada, como reconheceu há dias o professor Luiz Chemin Guimarães, eminente procurador-geral da Justiça do Paraná. Também o ministro da Justiça, Saulo Ramos, declarou já ter enviado ao Congresso Nacional o projeto de lei que qualifica os crimes hediondos, para os quais não pode haver abrandamento da sanção social.

A prevalência do clima de instabilidade na área criminal tem levado setores crescentes a pedirem maior rigor contra os autores de crimes graves, sustentando alguns até a conveniência da imposição da pena capital como medida de salvação pública. Embora minoritários, os propugnadores da pena de morte se fazem ouvir. Maioria são os representantes do corpo social que pedem severidade nas penas e no

regime carcerário contra os criminosos habituais ou autores de delitos graves, ao lado de aplicação de castigos acessórios como uma elevada indenização patrimonial que alcance tais indivíduos desajustados.

Pensa-se mesmo na conveniência de esvaziar os presídios para os autores de delitos leves, substituída a privação da liberdade por outras prestações sociais, como a obrigação de trabalho à comunidade, reeducação assistida etc. Ao tempo em que se pede mais ênfase na reclusão de apenados em situações especiais e na obrigatoriedade da prestação de trabalho para indenização dos custos de manutenção do preso.

Liberal em seu conjunto, a Carta Constitucional de 1988 terá sido romântica - para alguns observadores na ênfase com que protegeu os direitos dos criminosos apenados, negligenciando as responsabilidades públicas no campo da segurança. Descurou, assim, de medidas para o reaparelhamento das forças policiais e do sistema judicial.

Mas, ao tempo em que a valorização da vida requer medidas de rigor na coerção social, não podemos desconsiderar que soframos os efeitos de uma transição política e econômica em muitos aspectos traumática. Essa mudança cultural nos enseja a promoção dos valores positivos de respeito às relações sociais, à integridade das pessoas e de seus bens, de um comportamento mais positivo, de proteção dos carentes, de reconstrução geral. Tudo levando a uma valorização da vida.